

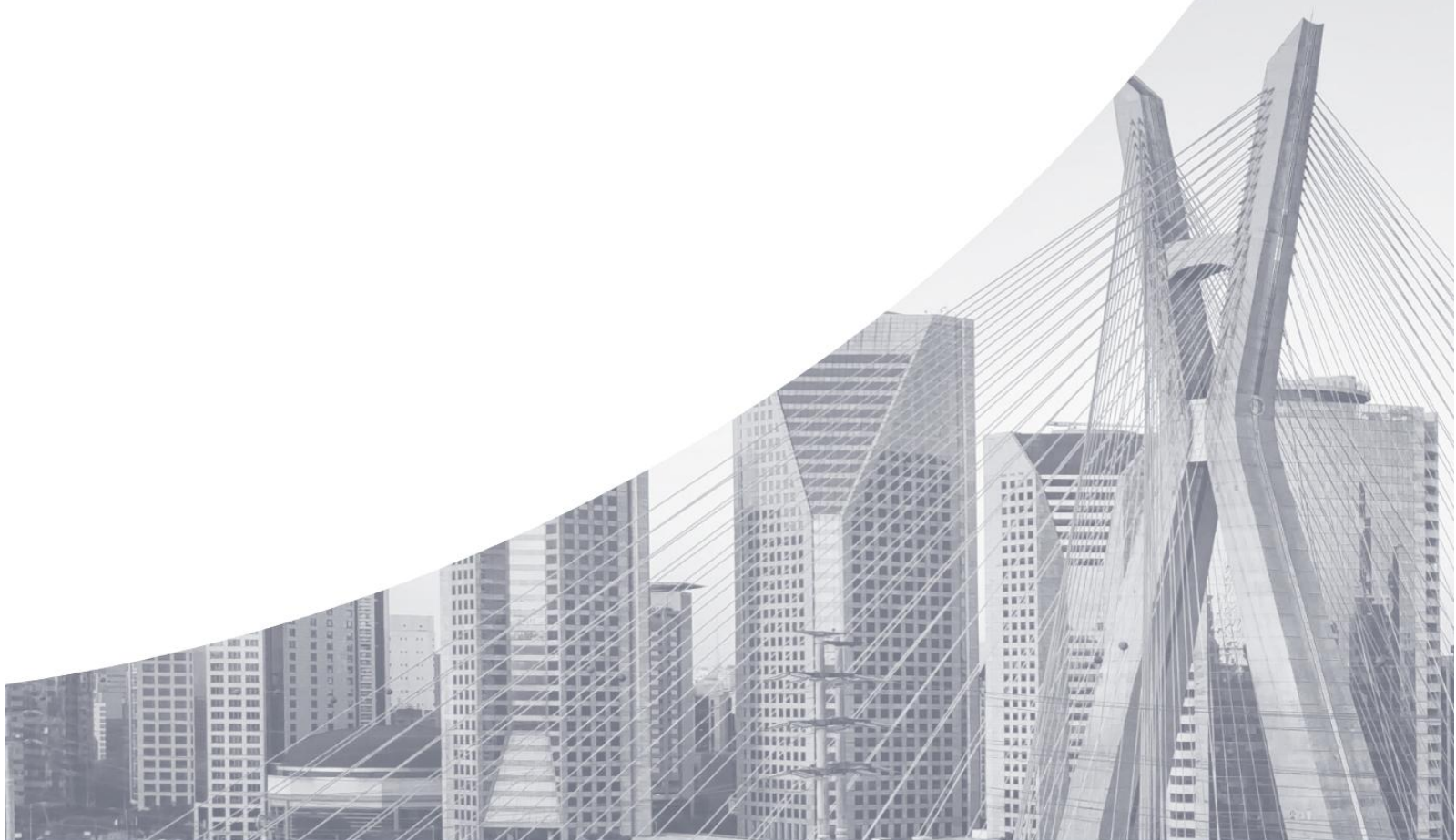
FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.



FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2025

Relatório da Administração e
Relatório dos Auditores Independentes



Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apuradas com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia

FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A., constituída em 06 de junho de 2024, obteve da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a autorização para operar seguros de danos e pessoas, no segmento S3, em todo o território nacional através da Portaria DIORE/SUSEP Nº 71, de 24 de julho de 2025.

Desempenho Operacional: No exercício de 2025, a seguradora iniciou sua produção com uma emissão total de R\$ 3.491 em prêmios, acumulando ativos totais de R\$ 10.643.097 (R\$ 11.210.542 em 2024).

Perspectivas: Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades de clientes. Os nichos em que atuamos são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A nossa plataforma de operações, dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Governança Corporativa: O estatuto social da Seguradora assegura ao término de cada exercício social, que serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação:

- a. 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- b. 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;
- c. o saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, consultores e às autoridades de controle, pelas orientações e atenção prestadas à Fam Seguradora de Crédito e Garantia S.A.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
FAM SEGURADORA DE CRÉDITO
E GARANTIA S.A.
São Paulo – SP

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da Fam Seguradora de Crédito e Garantia S.A. (“Fam Seguradora.” ou “Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis relevantes e demais informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fam Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas requeridas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:

Seguradora em fase pré-operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, chamamos a atenção para o fato de que a FAM Seguradora permanece em fase pré-operacional, encontrando-se em processo de consolidação de suas atividades desde a autorização para início de funcionamento, concedida pela Portaria DIORE/SUSEP Nº 71, de 24 de julho de 2025. Durante esse período, até que a Seguradora alcance maior maturidade operacional e geração recorrente de resultados por meio da expansão de sua carteira de seguros, os investimentos necessários ao desenvolvimento do negócio têm sido suportados por aportes de seus acionistas, bem como pela implementação e estruturação de processos internos, sistemas, modelos de subscrição e canais comerciais. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos:

Informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração da Seguradora a respeito, entre outros aspectos, do



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098
www.moorebrasil.com.br

alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2026.

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES LTDA

CRC DF 002962/F

CVM 12807

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti

RICARDO DE
ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:907
85444149

Digitally signed by
RICARDO DE
ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:90785444149
Date: 2026.02.28 10:30:47
-03'00'

Contador CRC DF 018838/O-0

CNAI 2563

FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.

Balanços patrimoniais dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		10.196	11.153
DISPONÍVEL	5	2	24
Caixa e Bancos		2	24
APLICAÇÕES	6	10.193	11.129
Aplicações		10.193	11.129
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		1	-
Custo de Aquisição	8	1	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		448	58
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		448	58
INTANGÍVEL	9	448	58
Softwares		509	58
(-) Amortização		(61)	-
TOTAL ATIVO		10.644	11.211
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.058	213
CONTAS A PAGAR		254	213
Obrigações a Pagar	10	247	213
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1	205
Impostos e Contribuições	11	6	8
DÉBITO OPERAÇÕES DE SEGURO		1	-
Corretores de seguros	12	1	-
PROVISÕES TÉCNICAS		804	-
Provisões Técnicas	13	804	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	9.586	10.998
Capital Social		11.000	11.000
Ajuste TVM		(7)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(1.407)	(2)
TOTAL PASSIVO		10.644	11.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstrações do resultado do Exercício		31/12/2025	31/12/2024
<i>(Valores expressos em milhares de reais)</i>			
Prêmios Emitidos	15	3	-
(+/-) Variação das Provisões técnicas	15	(804)	-
(=) Prêmios Ganhos	15	(801)	-
(-) Sinistros Ocorridos	15	-	-
(+) Custo de Aquisição	15	-	-
(-) Despesas Administrativas	15	(1.798)	(149)
(-) Pessoal Próprio	15	(1.177)	-
(-) Serviços de Terceiros	15	(545)	(142)
(-) Localização e Funcionamento	15	(74)	-
(-) Publicidade e Propaganda	15	(1)	(5)
(-) Outras Despesas Administrativas	15	(1)	(2)
(-) Despesas com Tributos	15	(304)	(9)
(+) Resultado Financeiro	15	1.499	156
(=) Resultado Operacional	15	(1.405)	
(=) Resultado antes dos impostos e participações	15	(1.405)	(2)
(=) Lucro/Prejuízo	15	(1.405)	(2)
(/) Quantidade de ações	15	11.000.000	11.000.000
(=) Lucro líquido / Prejuízo por ação (R\$)	15	(0,13)	(0,0002)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em
31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro do exercício	(1.405)	(2)
Resultado abrangente total	(1.405)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Ajuste TVM	Lucro ou prejuízo acumulado	Total
Constituição da Empresa		11.000	-	-	11.000
Resultado do exercício		-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		11.000		(2)	10.998
Ajuste TVM		-	(7)	-	(7)
Resultado do exercício		-	-	(1.405)	(1.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		11.000	(7)	(1.408)	9.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(1.405)	(2)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	61	-
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros	936	(11.129)
Fornecedores	42	205
Impostos e Contribuições	-	7
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	803	-
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES	437	10.919
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	437	10.919
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
PAGAMENTO PELA COMPRA DE ATIVO PERMANENTE	(452)	(57)
Imobilizado	(452)	-
Intangível		(57)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(452)	(57)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	-	-
Integralização de Capital (Contituição da Empresa)	-	11.000
Outros (Ajuste TVM)	(7)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(7)	11.000
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22	24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	24	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	2	24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A., sediada em São Paulo, Capital, foi constituída em 06 de junho de 2024, obteve da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a autorização para operar seguros de danos e pessoas, no segmento S3, em todo o território nacional através da Portaria DIORE/SUSEP N° 71, de 24 de julho de 2025.

A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos do grupo riscos financeiros, nos ramos de garantia para os setores público e privado. Suas atividades comerciais foram iniciadas em outubro de 2025.

Desde a autorização para funcionamento, a Companhia vem atravessando uma fase pré-operacional voltada à estruturação administrativa, regulatória, tecnológica e comercial, necessária ao desenvolvimento sustentável de suas operações. Nesse período, foram implementados sistemas internos, normativos, modelos de subscrição, canais de distribuição e processos de controle e governança. A Administração vem direcionando esforços para ampliar a presença comercial e fortalecer parcerias estratégicas, com o objetivo de intensificar a emissão de apólices e consolidar resultados contábeis operacionais nos próximos exercícios.

Em termos de posicionamento estratégico, a Companhia adotará uma abordagem de seleção positiva na formação de sua carteira de clientes, priorizando tomadores que apresentem maior rentabilidade. A estratégia comercial concentrará aproximadamente 70% da carteira-alvo em setores ligados à infraestrutura, que juntos compõem o núcleo principal da atuação da Seguradora. Essa concentração setorial está alinhada ao ciclo de expansão de investimentos em infraestrutura no Brasil e pela crescente exigência de garantias contratuais em projetos de grande porte. A FAM Seguradora prospectará como potenciais clientes empresas de grande expressão nos respectivos setores, buscando compor uma carteira de tomadores com solidez econômico-financeira e capacidade comprovada de execução.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor.

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A

Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício em 27 de fevereiro de 2026.

2.2 Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;

2.3 Continuidade: Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios.

2.4 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

2.5 Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

2.6 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:

A seguinte norma foi emitida pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não está em vigor para o exercício de 2025, para as empresas seguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros": O IFRS 17 – “Contratos de Seguros”: foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Seguradora entende que os impactos nos produtos atualmente comercializados não devem ser relevantes. Entretanto, aguarda a emissão de normativos específicos e orientações adicionais por parte da SUSEP, a fim de possibilitar a apuração dos referidos impactos atuariais e contábeis com maior grau de assertividade.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

3. Resumo das principais práticas contábeis:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2 Ativos financeiros: Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

3.3 Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.4 Contas a pagar: As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.5 Benefícios a empregados: Ao fim do exercício de 2025, a companhia apresentava registro de colaboradores no seu quadro de funcionários, porém não aplicou o CPC 33 no que tange o programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, pois ainda não teve início das suas atividades operacionais.

3.6 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2025 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento.

3.7 Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos serão calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

3.8 Receitas de juros: As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela

taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Em 31/12/2025 a Seguradora não possui títulos aplicados.

3.9 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Aplicações.

3.10 Circulante e não Circulante: As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das demonstrações contábeis, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza.

3.10.1 Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como:

(i) teste de adequação de passivos, **(ii)** avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648 de 2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir da aplicação de testes de consistência para obtenção dos valores efetivamente observados, vigentes e emitidos em atraso.

(ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data de cálculo. Os valores provisionados são calculados a partir de estimativa de pagamento dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNER, que é apurado a partir da aplicação de testes de consistência para obtenção da melhor estimativa de ajuste.

(iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das

demonstrações de cálculo, considerando estatísticas de mercado até a obtenção de experiência própria

(iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que contempla a estimativa de despesas diretas relacionadas aos sinistros avisados e ainda não pagos, seguindo os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão despesas relacionadas a sinistros avisados (PSL), a seguradora apura as despesas relacionadas, de forma individualizada, pendentes de pagamento na data base de cálculo e, ainda, estima o valor global das despesas relacionadas aos sinistros judiciais que estejam em PSL. A parcela relacionada a sinistros não avisados (IBNR) é estimada pela razão entre a PDR(PSL) e a respectiva PSL.

(v) A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) é constituída para garantir o pagamento de resgates e devoluções de contribuições pendentes de regularização até a data-base de cálculo. Sua metodologia considera a estimativa de valores a regularizar, tanto na esfera administrativa como judicial, devidamente corrigidos até sua liquidação / extinção.

(vi) Teste de adequação de passivos (TAP): Conforme previsto nos normativos em vigor, semestralmente a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil os passivos de contratos de seguro, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas realistas para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, conseqüentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa realizados e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base (excetuada a Provisão Complementar de Cobertura – PCC, se houver), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou, quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou. Para a apuração das estimativas de sinistros a ocorrer, adotou-se a taxa de sinistralidade extraída com base na experiência do mercado segurador brasileiro, que foi de 9,0% para o ramo 0775 (único operado até o momento). Já as despesas administrativas foram projetadas com base no histórico das despesas administrativas reais da Seguradora, considerando a premissa do TAP de que não haverá novas vendas (apenas a manutenção das obrigações assumidas até a data base). As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cuja ETTJ adotada para todos os grupos foi a Pré-fixada. Conforme abaixo, pode-se concluir que o TAP indicou necessidade de constituição de provisionamento complementar para os fluxos de PPNG-PR, por se tratar de uma Seguradora em início de operação, cujo fluxo estimado de despesas administrativas é proporcionalmente mais elevado que a média de mercado, quando comparado ao seu fluxo projetado de prêmios. O valor apurado de 799 foi constituído na PCC-PPNG de 31/12/2025, sendo alocado no ramo 0775.

Subgrupos	VP fluxos de caixa	Provisões técnicas	CAD	Resultados do TAP
01 - Riscos Financ. (PSL, IBNR, PDR)	-	-	-	-
02 - Riscos Financ. (PPNG e RVNE)	802	3	-	799

4. Gerenciamento de riscos: A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

4.1 Gerenciamento de risco de créditos: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

4.2 Gerenciamento de risco de liquidez: A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. A tabela abaixo analisa os passivos e ativos financeiros da Seguradora por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, bem como a suficiência destes:

	2025	2024
Obrigações a Pagar	(1)	(213)
Passivo Financeiro	(1)	(213)
Caixa e equivalente de Caixa	2	24
Ativo Financeiro	2	24
Suficiência	1	(189)

4.3 Gerenciamento de mercado: O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).

4.4 Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a seguradora não registrou perdas.

4.5 Gestão de risco de capital: As Seguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 13.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Equivalentes de Caixa	2	24
Total de caixa e equivalentes de caixa	2	24

6. Aplicações:

Aplicação	31/12/2025	%	31/12/2024	
CDB Santander	40	100%	-	0
Títulos Privado	40	0,39%	-	0
LFT	10.153	0%	11.129	
Títulos Públicos	10.153	99,61%	11.129	100
TOTAL APLICAÇÕES	10.193		11.129	

Títulos Públicos	Constituição da Empresa	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2024
LFT	10.974	-	-	155	-	11.129
Total	10.974	-	-	155	-	11.129

Títulos Privados	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2025
CDB Santander	-	612	(572)	-	-	40
Títulos Públicos						
LFT	11.129	-	(2.467)	1.499	(7)	10.153
Total	11.129	612	(3.039)	1.499	(7)	10.193

7. Créditos das operações com seguros

31/12/2025

Ramos	RVE	RVNE	RVR	Cosseguro - Cedido	Prêmios a Recebido líquido	Prêmios a Receber líquido	Período médio de vencimento
0775 – Garantia Setor Público	4	-	-	-	4	-	30 dias
Total Geral	4	-	-	-	4	-	

7.1 Prêmios a Receber

	Vencidos em	A vencer em	31/12/2025 Redução ao Valor Recuperável
Até um ano			
Até 30 Dias	-	-	-
De 31 a 60 dias	-	-	-
Acima de 61 dias	-	-	-
RVNE	-	-	-

Total de Prêmios e Emolumentos	4	-	-
---------------------------------------	----------	----------	----------

8. Custo de Aquisição Diferidos

Ramo	31/12/2025	31/12/2024
------	-------------------	-------------------

0775 – Garantia Setor Público	1	-
-------------------------------	---	---

Total Geral	1	-
--------------------	----------	----------

Total CP	1	-
-----------------	----------	----------

Total LP	-	-
-----------------	----------	----------

9. Intangível

Imobilizado

Descrição	Saldo residual	Aquisições	Baixas	Despesa	Saldo residual	Custo Total	Depreciação
	31/12/2024			Depreciação	31/12/2025		31/12/2025
Software	88	421	-	(61)	448	509	(61)
Total	88	421	-	(61)	448	509	(61)

10. Contas a Pagar

	31/12/2025	31/12/2024
--	-------------------	-------------------

Até um ano

Fornecedores	247	213
--------------	-----	-----

Total de Impostos e Contribuições	247	213
--	------------	------------

11. Impostos e Contribuições

	31/12/2025	31/12/2024
--	-------------------	-------------------

Até um ano

Encargos Sociais à Recolher	1	-
-----------------------------	---	---

COFINS a Recolher	5	-
-------------------	---	---

PIS a Recolher	1	-
----------------	---	---

Total de Impostos e Contribuições	7	7
--	----------	----------

12. Débito com Operações de Seguros

Até um ano	31/12/2025	31/12/2024
Comissões de Seguros	1	-
Total	1	-

13. Provisões Técnicas

Ramo	PPNG - RVE	PPNG - RVNE	PSL	IBNR	PCC
0775 – Garantia Setor Público	4	-	-	-	800
Total Geral	4	-	-	-	-
Total curto prazo	4	-	-	-	800
Total longo prazo	-	-	-	-	-

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), representado por 11.000.000 (onze milhões) de ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo: (i) 8.800.000 (oito milhões e oitocentas mil) ações ordinárias; (ii) e 2.200.000 (duas milhões e duzentas mil) ações preferenciais.

As ações preferenciais: (i) não possuem direito a voto; (ii) garantirão aos seus titulares prioridade na distribuição de dividendos; e (iii) garantirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Relação completa de acionistas da FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A. em 13 de outubro de 2025, antes e após a Assembleia Geral Extraordinária.

Antes de 13 de outubro de 2025

Acionista	Ações ordinárias	Percentual (%)
FRANCISCO ANTONIO DE BARROS BASILIO MENDES	10.890.010*	99%
GILDA FRANCISCA DE BARROS	109.990	1%
TOTAL	11.000.000	100%

*Na AGE de 13.10.2025: 2.200.00 ações ordinárias foram convertidas em 2.200.000 ações preferenciais

Após a AGE de 13 de outubro de 2025

Acionista	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	Percentual (%)
FRANCISCO ANTONIO DE BARROS BASILIO MENDES	8.690.010	-	79%
GILDA FRANCISCA DE BARROS	109.990	-	1%
MARCELO JOSÉ BULHOES MAGALHÃES	-	1.100.000	10%
MARCELO HELOU DA FONSECA	-	1.100.000	10%
TOTAL por CLASSE	8.800.000	2.200.000	100%
TOTAL	11.000.000		100%

b) Dividendos e Reserva Legal:

Ao término de cada exercício social os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- pelo menos 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e
- o saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

c) Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 648/21, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. A sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para cálculo deste último;

i. Para fins de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido, em 31 de dezembro de 2025 seguindo a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, foram realizados os ajustes de qualidade do CMR com 3 níveis de PLA conforme critérios abaixo:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Os valores apurados são:

31/12/2025

Patrimônio líquido ajustado (PLA)	9.138
PLA Nível 1	9.138
PLA Nível 2	-
PLA Nível 3	-
Ajustes de qualidade CMR (PLA nível 2 e 3)	-
Capital base (I)	8.100
Capital de Risco de subscrição	1
Capital de Risco de crédito	2
Capital de Risco Operacional	3
Capital de Risco de Mercado	15
Benefício da Diversificação	(2)
Capital de Risco - CR (II)	19
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	8.100
Suficiência de PLA	1.038
% Suficiência PLA	12,8%
Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 1)	112,8%
Cobertura do Patrimônio (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3)	0%
Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 3)	0%
	31/12/2025
Provisões Técnicas	(804)
Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas	(804)
Ativos Garantidores Líquidos	2.072
Ativos em excesso à Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas	1.268
Taxa de Cobertura	258%

d) Distribuição de lucros

A destinação do lucro líquido do exercício é registrada contabilmente quando de sua deliberação pelos sócios. Os eventuais prejuízos são suportados pelos sócios na proporção de suas participações no capital social.

Não houve distribuição de lucros no exercício de 2025.

15. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	2025	2024
Detalhe das contas de resultado		
a) Prêmios emitidos	3	-
Prêmios emitidos - RVE	4	-
Prêmios Cancelados	(1)	-
b) Variação das provisões técnicas de prêmios diretos	(804)	-
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG - RVE)	(4)	-
Provisão complementar de cobertura	(800)	-
c) Custos de aquisição	-	-
Comissões corretores direto	(1)	-
Variação do Custo de Aquisição diferido	1	-
d) Despesas administrativas	(1.798)	(149)
Pessoal próprio	(1.177)	-
Serviços de terceiros	(545)	(142)
Localização e funcionamento	(74)	-
Publicidade e Propaganda	(1)	(5)
Outros	(1)	(2)
e) Despesas com tributos	(304)	(9)
COFINS	(60)	(7)
PIS	(10)	(1)
Taxa de fiscalização	(234)	-
Outras	-	(1)
f) Resultado financeiro	1.499	155
Receitas financeiras	1.499	155
Despesas financeiras	-	-
Resultado Operacional	(1.405)	(2)

16. Evento subsequente

Renúncia de membro da Diretoria Estatutária: Em 17 de dezembro de 2025, o Sr. LUIZ ALBERTO PESTANA, Diretor Administrativo Financeiro da Companhia, apresentou sua carta de renúncia ao cargo que ocupava. De imediato, a companhia comunicou à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, nos termos da Circular SUSEP nr. 700 de 04 de abril de 2024.

Em 23 de dezembro de 2025, a companhia formalizou a consulta prévia para a eleição de novos diretores estatutários, em substituição ao Diretor renunciante.

Espera-se que a companhia obtenha a aprovação dos indicados ainda no primeiro trimestre de 2026.

DIRETORIA

SÉRGIO RICARDO DE AMORIM MACEDO

CONTADOR RESPONSÁVEL

FÁBIO ROBERTO PEREIRA – CRC-1SP239076-0/0

ATUÁRIO RESPONSÁVEL

DANIELE BELÍSSIMO WILK – MIBA 2841



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

ANO-BASE: 2025

AOS ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A., em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Supervisionada, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada



por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da FAM SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIA S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

RICARDO CESAR
PESSOA:0967203082
7

Assinado de forma digital por
RICARDO CESAR
PESSOA:09672030827
Dados: 2026.02.27 15:11:07 -03'00'

Ricardo César Pessoa

Sócio Atuário

MIBA 1076 (Certificado)

FOCO ATUARIAL SERVIÇOS DE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA.

CNPJ 30.177.440/0001-80

CIBA 158